

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NOS ANOS 20 DO SÉCULO XX – UM RECORTE A PARTIR DA CAPITAL PAULISTA. Ednéia Regina Rossi – UEM/Pr

Os habitantes da Capital Paulista das primeiras décadas do século XX experimentaram alterações significativas em seus espaços de convívio social. Novas visões foram possibilitadas pela experiência de um mundo em movimento e pelas novas descobertas. A vida urbana, como observa Sevcenko (1992), abria possibilidades para a convivência do diverso, para a “fragmentação das percepções” e “para o esfacelamento em grupos”. Segundo seus dizeres, São Paulo era uma cidade

... nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços: nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; nem era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (SEVCENKO, 1992, p.31)

Os efeitos psicológicos desse meio instável, incerto e volúvel levam seus sujeitos a buscarem um eixo de solidez. A esse clima de fluidez acrescentam-se um quadro político instável, greves crônicas, estado de sítio e agitação operária. As relações sociais do mundo urbano, e as da metrópole paulista em especial, assentam-se na impessoalidade. Convivem no mesmo espaço homens e mulheres de diferentes etnias, religiões, crenças, gostos e culturas. Relações estabelecidas na vida rural por laços pessoais de parentesco ou de obrigações são dissipadas. Desligados os homens dos seus núcleos comunitários e culturais e agora inseridos na aglomeração das fábricas ou das ruas das metrópoles, será por uma mobilização exterior, mais do que por suas convenções grupais, que eles serão solicitados a se integrarem.

O mesmo espaço que esfacelava, reclamava uma mobilização para a ação coletiva, gerando o planejamento, a uniformização e a massificação. Os empreendimentos de ordem pública, para que todas as crianças fossem colocadas nas escolas, aliavam-se aos objetivos de uma padronização dos sujeitos. Quando o aluno aprende a ler e a escrever, o faz dentro de manuais e de lições distintas, todas carregadas de finalidades sociais. A escola, enquanto lugar de socialização, que estabelece formas específicas de relações, ao mesmo tempo que transmite os saberes, está ligada às formas de exercício de poder. Os novos atributos de formadora postos para a instituição escolar, dando-lhe proporções muito maiores do que a de mera instrutora, fazem-na ocupar um lugar de centralidade na vida social. Acompanhemos as preocupações de Sampaio Dória:

Sempre que penso na realização prática dos princípios democráticos, uma dúvida, ou quase-descrença, me assalta o espírito, diante do espetáculo doloroso da ignorância popular. Como organizar-se, por si mesmo, politicamente, um povo que não sabe ler, não sabe escrever, não sabe contar? Se o povo não souber o que quer, como há de querer o que deve? Governos populares, sem cultura, viverão morrendo da sua própria incultura.’ (DORIA, 1923, p.39-40)

As camadas populares e suas práticas diferenciadas de apropriação do espaço urbano foram representadas por intelectuais, profissionais da educação e autoridades republicanas como irracionais e incultas. A mesma cidade que se esfacela em grupos, criando múltiplas visibilidades, condena o diverso. O mesmo espaço que desmembra os sujeitos deve ter o poder de homogeneizá-los. Pelo menos era esse o ideal vislumbrado pela elite republicana. Como afirma Sampaio Dória (1924, p.109), professor e ex-diretor da instrução pública de São Paulo, as vontades populares, só por representarem a vontade do povo, não teriam força nem autoridade: é o seu objetivo que a faz soberana e completa “Eduque-se, porém, o povo, e ele compreenderá a soberania que lhe cabe exercer”.

A mesma escola que se pretendia democrática quer controlar através da exclusão de hábitos diferenciados de vida e quer padronizar a partir de um único critério de civilidade. Não seria esse um dos motivos que mobilizaram a luta contra o analfabetismo, visto como um problema que interessava à sociedade civil e ao governo, luta vinculada à idéia de que dessa empreitada dependeria “o cimento da estabilidade” social? Como bem afirma Marta Carvalho(1988,p.4), as campanhas de alfabetização empreendidas pela sociedade civil nas décadas de 1910 e 1920 situam-se “no âmbito de uma vasta empresa de reforma dos costumes que aliava médicos, higienistas e engenheiros aos educadores.”. A instituição escolar, partícipe do processo de instauração da ordem urbana, através de sua prática socializadora, aparece como um empreendimento capaz de homogeneizar a população. Seus espaços e práticas buscam criar uma tradição e uma memória coletiva constituidoras da identidade republicana.

O que se pode ver numa cidade onde se esbarram as diversidades é a necessidade de aprender a participar. As manifestações públicas populares de diferentes naturezas, ou até mesmo a “indiferença” aos mecanismos oficiais de participação, são representadas como perigosas ou irracionais. O mesmo espaço que se (re)produz como múltiplo busca incessantemente a unidade ou a padronização. Vinculado ao corpo administrativo do Estado e participante da Liga Nacionalista de São Paulo, Sampaio Dória via na instituição escolar a possibilidade de formar a identidade nacional republicana e ao mesmo tempo padronizar hábitos e comportamentos. É preciso aprender a olhar, aprender a participar, aprender a querer. Em outras palavras, seria não apenas a incorporação do

projeto político, mas a apropriação, tal como se pretendia, de uma forma de agir, pensar e sentir, e de valores e crenças. O universo simbólico e de significados pertencente a uma tradição cultural foi construído pela República. Diz Dória:

A história das reações pela liberdade constitui, para cada povo, o melhor das suas tradições [...] Mas onde a liberdade não floresce, o terreno é sáfaro para qualquer gênero de glória. Por isto, os feitos mais em relevo, mais brilhantes e ruidosos, são os militares pela grandeza do país, os civis e políticos em prol da liberdade e da justiça. Daí, as datas memoráveis, os homens ilustres, as glórias nacionais, os símbolos, as tradições. (DORIA, 1919, p.220)

É nos bancos escolares que essa tradição será disseminada, passando pelo currículo, pela organização de espaços, assim como pelas festas e comemorações. Forjar uma tradição significa atuar em vários campos do sujeito. No seu pensamento, no seu sentimento e na sua ação.

Os inspetores escolares e diretores de ensino, através de seus relatos, produziram uma visibilidade das práticas escolares desse período. Pelas instruções dadas aos professores quanto ao ensino de história do Brasil, de geografia pátria e de moral e cívica, observa-se que na prática realizava-se uma certa simbiose entre essas disciplinas. Observemos as particularidades que o ensino de moral e cívica vai assumindo. Vinculada à idéia de prolongamento da civilidade, essa disciplina ganha tanto mais relevância nas preocupações dos agentes escolares quanto mais a forma escolar de socialização se sobrepõe às demais, destacando-se como uma disciplina de formação por excelência.

Com teor civilizatório, a disciplina escolar de moral e cívica buscou marcar a superioridade da vida, dos valores e dos governos republicanos em comparação às outras organizações. O fato que pretendemos assinalar é que, agregados ao desejo de uma “moral utilitária” ou de uma “civilidade pueril e honesta”, os conteúdos marcaram a grande luta da escola para legitimar a forma republicana de vida e governo. Os vários programas escolares do ensino primário, possuindo diferenças quanto ao aprofundamento dos conteúdos entre as escolas rurais e urbanas e os grupos, não perdem as finalidades que os presidem. Sintetizando os distintos programas, destacamos alguns conteúdos:

...“ despertar e fortalecer os sentimentos generosos”; ... “reprimir as inclinações perigosas, cultivar a consciência, formar hábitos de conduta moral, desenvolver sentimentos estéticos”, ... “historietas singelamente narradas pelo professor, encerrando fatos de patriotismo, heroísmo, abnegação, etc.”, ... “palestras sobre civilidade, relativas aos pais, parentes, professores e colegas”, ... “comportamento das crianças na escolas; nas reuniões; nos lugares públicos; tratamento devido aos criados e aos inferiores em geral. Insistir sobre o respeito á rua, e especialmente

contra as inscrições inconvenientes nas paredes, nos muros, nos moveis, etc.”; ... “demonstração dos maus efeitos resultantes da mentira, da calúnia, da inveja, da cólera, da preguiça, da intemperança, da delação, etc”; ... “Pátria. Bandeira e sua descrição – Deveres para com a Pátria – Exemplos de amor da Pátria – Datas nacionais – Festa da Bandeira”; ... “Governo: necessidades de um Governo – Impossibilidade da existência de uma sociedade sem governo – Demonstração desta verdade por meio de exemplos”; ... “Formas de Governo – Vantagens do Governo Republicano – como se forma o Governo”;... “O voto, sua importância – Eleições em classe”; “O Jury”; ... “Deveres e direitos do cidadão brasileiro”; ... “O serviço militar”; ... “poderes Municipais, estaduais e federais” ... “Leitura e comentário de um manual de civilidade.” (AE 1918, p.575-623)

Não é preciso muito esforço para perceber que o ensino de moral e cívica pretende dar legitimidade à República, no momento em que seus feitos são questionados por opositores e pelos próprios republicanos. Os profissionais da escola, comungando muito mais com os ideais da República do que com a sua crítica, não deixaram de implementar práticas educativas que buscaram produzir uma memória coletiva constituidora da identidade republicana.

As práticas escolares assumiram um caráter emotivo, vinculando a ação pedagógica à educação através da sensibilidade e das emoções. As comemorações, festas, homenagens, desfiles e espetáculos são rituais que visam instituir uma memória coletiva, assinalando quem deve ser lembrado, como deve ser lembrado e quem e o que deve ser negligenciado e esquecido. A escola participa da criação de uma tradição coletiva, como afirma E. Hobsbawm:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas – de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado. Aliás, sempre que possível, trata-se de estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1984, p.9)

Fazendo uso do Regulamento de Ensino, o(a)s diretores(as) e professores(as) irão organizar uma série de atividades que materializam os dispositivos legais e serão elementos formadores das crianças. Alguns relatos de diretores dos grupos escolares dão visibilidade às estratégias criadas e desenvolvidas pelos agentes do ensino. Vejamos:

... tenho procurado conduzir os alunos deste Grupo ao conhecimento das grandezas da nossa pátria, da vida dos nossos homens ilustres que consagram a sua existência á pratica de virtudes que os tornaram credores da gratidão e do respeito dos seus concidadãos. Para tornar real essa tarefa, recomendei aos

professores que, diariamente, antes de iniciarem os trabalhos, apresentassem á classe o patrono do dia, assinalando, em ligeiros traços, as suas mais importantes obras.(....)

Precedendo a esse trabalho, todas as classes, reunidas no pátio do recreio, entoarão hinos patrióticos, como culto especial de admiração e de respeito ás grandezas do Brasil.

Como pratica dos deveres sociais ... tem sido objeto de atenção e estudo a nossa carta republicana. A eleição, o voto, o imposto, aí, servindo de exemplos, a organização da família, da escola, das sociedades recreativas, etc., consideradas nos seus pontos análogos á organização do Estado. (Grupo Escolar São João. AE, 1918, p.363-364)

... Uma solenidade simples e emocionante iniciada no corrente ano, neste Grupo, e de excelente resultado para despertar na criança o amor pátrio, foi a do hasteamento da bandeira no pátio do recreio, antes de começarem os trabalhos escolares. Eis como se realiza tão sugestiva solenidade; na hora regulamentar, formados os alunos no pátio de recreio, hasteada a bandeira e cantada o hino, um deles, depois de saudá-la, levanta um viva, correspondido por todos. Em seguida, entram para as classes cantando hinos patrióticos. (Grupo escolar Campos Salles. AE, 1918, p.364)

... ensinou-se cultivar a nossa bandeira, cantando-se à bandeira, ou outra qualquer canção patriótica; ensinou-se a conhecer a biografia dos melhores servidores da pátria: José Bonifácio, Anchieta, Rio Branco, Benjamin Constant, Ruy Barbosa, etc.; ensinou-se a conhecer a organização de governos – municipal, estadual e federal, definindo-se a atribuição de cada um de seus membros; ensinou-se finalmente a praticar um sem numero de boas ações, de manhã á noite. E foi de excelente resultado uma espécie de torneio de boas ações, travado entre os alunos. Todos os bons atos praticados pelos alunos durante a semana deviam ser relatados aos sábados ao professor da cadeira, que os anotava em caderno próprio, fazendo dos mesmos os necessários elogios. (Grupo Escolar de Tambaú .AE, 1918,p.398)

... pelas comemorações das datas nacionais, a que temos imprimido um cunho verdadeiramente imponente, especialmente ás relativas à Independência, à proclamação da Republica e à Festa da Bandeira;

cultuando a memória de brasileiros ilustres, como fizemos quando foi a morte de Afonso Pena, Rio Branco e Osvaldo Cruz, quando ocorreram os centenários do áda morte de Cesário Motta;

comemorando os fatos de maior relevo da história pátria como quando se passou o centenário da Revolução Pernambucana e o cinqüentenário da batalha de Tuiuti;

visitando com os alunos, por mais de uma vez, o túmulo do conselheiro Paula Sousa, notável estadista do Império, aqui nascido e sepultado;

prestando as mais vivas homenagens a todos os brasileiros que, por qualquer titulo, se sobreelevam aos demais, como Ruy Barbosa ...

Organizando uma galeria, embora modesta, de brasileiros ilustres, a qual já conta com os retratos, em tamanho natural, de Rio Branco, regente Feijó ... (Grupo Escolar Cesário Motta. AE, 1918, p. 398-399)

Outros relatos como esses podem ser observados nos demais anuários, produzindo e consolidando uma maneira de educar as crianças no ensino primário. As comemorações, as festas, as homenagens, o hasteamento da bandeira e a organização do espaço escolar são práticas formativas que visam criar uma memória coletiva ou inventar uma tradição a partir de um passado histórico apropriado que se quer negar ou recuperar. Esses rituais, por sua vez, impõem novos conhecimentos, valores e hábitos, e, acima de tudo, novos sentimentos e sensibilidades.

Somada a essas, a prática do escotismo desenvolveu-se de forma considerável na década de 1920. Em 1922 o escotismo foi regulamentado para o ensino, tornou-se obrigatório para todos os alunos da seção masculina. O escotismo implantado nas escolas paulistas ligou-se, também, aos objetivos de construir uma memória coletiva fundadora de tradições. Cada comissão regional recebia o nome de um bandeirante. Nas flâmulas distinguiam-se os nomes “do lendário Anhangüera; de Fernão Dias Paes Leme, o caçador de esmeralda; de Raposo Tavares, o bandeirante de Quitaúna e de tantos outros, ligados à história da conquista de nossos sertões”. (AE, 1923, p.29)

As escolas primárias do início da década de 1920 constituíram-se em espaços de ritos e espetáculos, carregados pelo domínio simbólico e expressadores do ideário republicano. Desfiles, festas e comemorações reforçavam sentidos culturais partilhados que, ao criarem uma tradição, celebravam o ritual político da República.

#### REFERÊNCIAS:

*Anuario do Ensino do Estado de São Paulo(AE)*. Diretoria Geral da Instrução Pública, 1918, 1919, 1920-1921, 1923. São Paulo: Tipografia Siqueira.

DORIA, Sampaio. *O que o cidadão deve saber: manual de instrução cívica*. São Paulo: Editores Olegario Ribeiro & C., 1919.

DORIA, Sampaio. *Questões de ensino: a reforma de 1920*, em São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

DORIA, Sampaio. *O espírito das democracias*. São Paulo: Editora Comp.Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1924.

HOBBSAWM, Eric e RANGER Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.